



AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS: territorialização, mundialização e contradições

Flamarion Dutra Alves
Universidade Federal de Alfenas

Michele Lindner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O Brasil é o maior produtor de café do mundo, e o Sul de Minas produz 24% da produção nacional, estando integrado ao agronegócio do café. Entretanto, o agronegócio do café está marcado por diversas contradições em várias perspectivas, sejam elas econômicas, ambientais, políticas, sociais e territoriais, que vão se acentuando à medida que se estabelece uma mundialização dessa atividade tendo suas repercussões locais-regionais. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivos discutir a territorialização do agronegócio do café, em especial, no Sul de Minas Gerais apontando para um análise da situação na maior região produtora de grãos do Brasil, identificando o papel das cooperativas e das multinacionais na monopolização do território, crédito e as relações sociais que são colocadas no sistema cafeeiro, analisando também a contradição fundiária entre agricultor familiar e grande produtor na lógica do agronegócio, além de discutir as relações de trabalho na colheita do café e sua precarização, e por fim, fazer alguns apontamentos da situação cafeeira na última década, tendo em vista o crescimento da procura por essa cultura.

Palavras-chave: Cafeicultura. Geografia do Café. Sul de Minas Gerais. Globalização. Agricultura.

COFFEE AGRIBUSINESS IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS: territorialization, globalization and contradictions

Abstract

Brazil is the largest coffee producer in the world, and the South of Minas Gerais produces 24% of national production, being integrated with coffee agribusiness. However, the coffee agribusiness is marked by several contradictions in various perspectives, whether economic, environmental, political, social and territorial,

which are increasing as a globalization of this activity is established having its local-regional repercussions. Thus, the research aims to discuss the territorialization of coffee agribusiness, especially in the south of Minas Gerais pointing to an analysis of the situation in the largest grain producing region in Brazil, identifying the role of cooperatives and multinationals in the monopolization of coffee. territory, credit and social relations that are placed in the coffee system, also analyzing the land contradiction between family farmer and large producer in the logic of agribusiness, besides discussing the working relations in coffee harvesting and its precariousness, and finally making some notes of the coffee situation in the last decade, in view of the growing demand for this crop.

Keywords: Coffee growing. Coffee geography. Southern Minas Gerais. Globalization. Agriculture.

INTRODUÇÃO

A cafeicultura está inserida no contexto do agronegócio mundial e tem desempenhado volumes significativos para o mercado brasileiro, sendo o principal produtor dessa *commodity* em 2019, com 36,6% da produção mundial, além de estar em 5º lugar na exportação de *commodities* do agronegócio brasileiro (CONAB, 2019). Entretanto, o agronegócio do café está marcado por diversas contradições em várias perspectivas, sejam elas econômicas, ambientais, políticas, sociais e territoriais, que vão se acentuando à medida que se estabelece uma mundialização dessa atividade tendo suas repercussões locais-regionais.

Os estudos de Alves (2013, 2015, 2019b) revelam as características e dinâmicas do agronegócio do café no Sul de Minas Gerais, região responsável por mais de 32% da produção nacional do café arábica e por manter uma estrutura organizacional e espacial aliada aos interesses do mercado internacional.

As consequências da mundialização da agricultura tem efeitos diretos na questão agrária e urbana, conforme apontam Oliveira (2002, 2007, 2016), Andrade (1979), Alentejano (2011) e Albano e Sá (2011), e no caso específico da cafeicultura no sul de Minas pode-se mencionar o uso intensivo de agrotóxicos e alimentos transgênicos, intensa degradação do meio ambiente e da saúde do trabalhador, exploração dos trabalhadores rurais, em muitos casos escravizados, empobrecimento do trabalhador rural, monopolização do mercado e do território, além de intensificar os conflitos no campo (ALVES, 2019b).

Dessa forma, o artigo tem como objetivos discutir a territorialização do agronegócio do café, em especial, no Sul de Minas Gerais apontando para um análise da situação na maior região produtora de café do Brasil, identificando o papel das cooperativas e das multinacionais na monopolização do território, crédito e as relações sociais que são colocadas no sistema cafeeiro, analisando também a contradição fundiária entre agricultor familiar e grande produtor na lógica do agronegócio, além de discutir as relações de trabalho na colheita do café

e sua precarização, e por fim, fazer alguns apontamentos da situação cafeeira na última década, tendo em vista o crescimento da procura por essa cultura.

METODOLOGIA

Para desenvolvimento da pesquisa foram divididas em três etapas para análise do contexto regional: no primeiro momento foi discutido os pressupostos teórico-conceituais da questão agrária e o capitalismo no campo, com base em Kautsky (1969), Oliveira (2013, 2016) e Andrade (1979) em seguida, o processo de territorialização e suas bases para o entendimento do poder, apropriação e controle do espaço a partir de Raffestin (1993) e Souza (2003), e por fim, a temática do agronegócio e cafeicultura com base em Oliveira (2016) e Alves (2013, 2015, 2019b) além de trabalhos sobre migração, trabalho, cooperativas, agroecologia e produção camponesa sobre o contexto regional do café no Sul de Minas, com intuito de fazer uma análise geral até os impactos locais do agronegócio cafeeiro no território sul mineiro.

A segunda etapa consistiu em consultar dados do IBGE referentes ao Censo Agropecuário (2006, 2017), Produção Agrícola Municipal (1990-2018) e dados disponibilizados pelas Cooperativas de Café da região sul mineira para agrupar as informações estatística quanto a área ocupada, quantidade produzida, mão de obra empregada, crédito e estrutura fundiária para poder interpretar a dimensão da monopolização do território pelo agronegócio, bem como a territorialização cafeeira no território sul mineiro e como está estruturado. Foram consultados dados do Ministério Público do Trabalho a respeito do trabalho escravo em atividades agropecuárias no Sul de Minas. Além disso, foram consultados dados sobre a Geografia Agrária no sul de Minas em estudos realizados pelo Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) da Universidade Federal de Alfenas – MG. Por fim, foram traçadas análises da dependência político-econômica e suas contradições.

Localização da área de estudo

A região Sul de Minas (Figura 1) é composta por quinze Regiões Geográficas Imediatas (Alfenas, Campo Belo, Caxambu-Baependi, Guaxupé, Itajubá, Lavras, Passos, Piumhi, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Três Pontas-Boa Esperança e Varginha) totalizando 162 municípios e com uma população de 2.868.635 habitantes (IBGE, 2010).

Nessa região, há o predomínio de cidades médias e pequenas, que tem na cafeicultura uma das mais importantes atividades econômicas. A dinâmica socioeconômica da região, sobretudo dos pequenos municípios são marcados pela ruralidade no território, ruralidade que envolve a cafeicultura, bem como o poder das elites agrárias presentes na dinâmica política e econômica desses municípios.

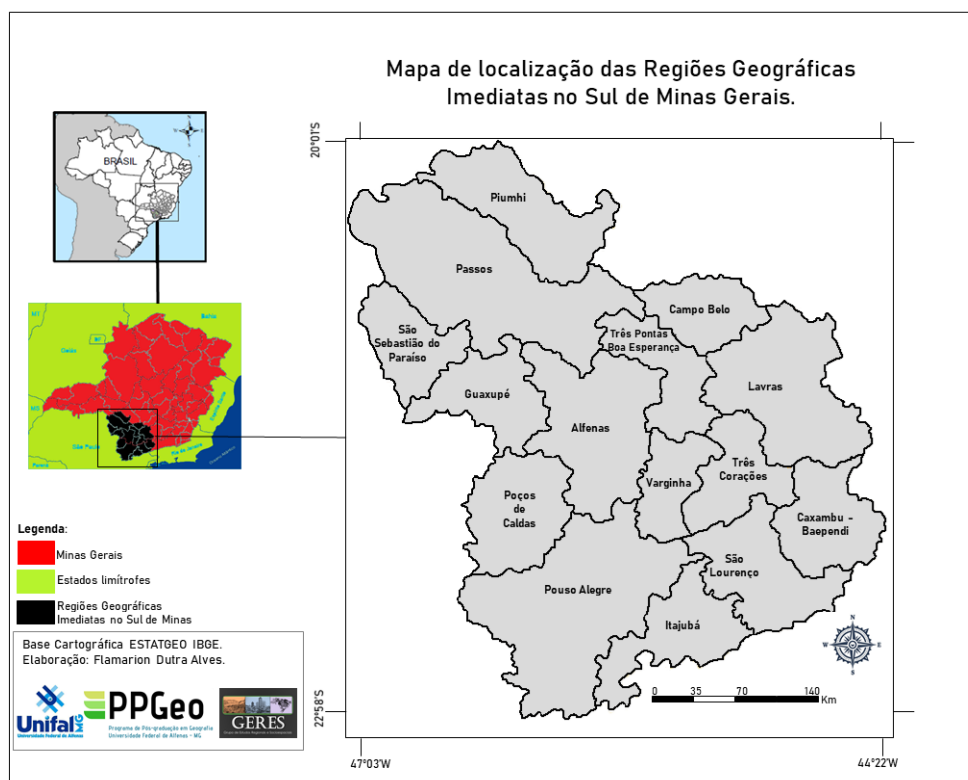


Figura 1 – Mapa de localização das Regiões Geográficas Imediatas no Sul de Minas Gerais.

AGRONEGÓCIO, TERRITÓRIO E PODER

Debater a agricultura no século XXI, requer dos pesquisadores o entendimento da conjuntura econômica do mercado agrícola mundial, ou seja, compreender o processo de mundialização da agricultura que vai se desenvolvendo, apontando as contradições socioespaciais. A territorialização do agronegócio não se restringe ao espaço rural, está presente na cidade e tem seu poder de decisão em múltiplas escalas e lugares.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, discorre sobre esse processo de mundialização da agricultura, e coloca que a questão espacial como peça chave, pois se desloca a qualquer ponto do mundo, descentralizando e ao mesmo tempo concentrando poder:

A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista que, por

sua vez, está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. (OLIVEIRA, 2016, p.89).

Nessa perspectiva, as empresas multinacionais são atores hegemônicos nesse processo, integrando territórios a rede mundial do agronegócio, trazendo novas implicações e normas a esses lugares. O comando do território passa ser monopolizado, seja por cooperativas, multinacionais, conglomerados e instituições financeiras:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2016, p.233)

Esse processo, vai agravando os problemas socioambientais no campo, revelando as contradições do capital. Conforme aponta Oliveira (2013, p.104) “[...] o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários”, ou seja, os conflitos se acirram com a mundialização da agricultura.

Uma característica da mundialização da agricultura é o processo de financeirização, e este vai se diferenciando, no sentido da obtenção e manutenção, concentrando cada vez mais com grandes proprietários, empresários e multinacionais. Os recursos financeiros do Estado drenam cada vez mais para os negócios internacionais do agro, enquanto a produção de alimentos que abastece a população brasileira, vive com a escassez de auxílios e políticas que incentivem a agricultura familiar.

Esses conflitos socioterritoriais estão no seio do capitalismo na agricultura, presente desde as teorias clássicas de Kautsky (1969), que tendem a se agravar com o comando de multinacionais e a produção de *commodities* no território brasileiro.

Na perspectiva do controle e conflito no/do território, a questão do poder é central, pois podemos interpretar as ações dos atores e agentes na produção do espaço. Sendo assim, Raffestin (1993, p.150) reforça a ideia de que “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede”.

Nas regiões ocupadas pelo agronegócio, pode-se identificar as construções dessa territorialidade do poder “As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda” (RAFFESTIN, 1993, p.152), ou seja, as dimensões políticas, econômicas, ambientais e culturais são elementos da análise da territorialização, que por meio da territorialidade assume sua forma material e imaterial, conforme Alves (2019a, p.103) “a territorialização é inseparável dos atributos materiais e imateriais dos sujeitos que ocupam o espaço”.

Por territorialidade Raffestin entende que:

[...] a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constituem podem ser simétricas ou dissimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. (RAFFESTIN, 1993, p.161)

No contexto político, o surgimento do território se dá através da apropriação e ocupação do espaço por um grupo social, bem como salienta Souza (2003):

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido em que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, “paisagem”). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis (...) mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, como o poder controlador desse território (SOUZA, 2003, p.84).

As dimensões de análise da sociedade para Souza (2003, p.86) “será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros (...)) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos)”. Ainda para Souza, o território deve ser controlado para que haja uma justiça social:

O controle do território deve ser elevado a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitam a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 2003, p.100-1).

Os processos de territorialização representam a imagem do poder construído e contraditoriamente, dos conflitos gerados na região entre os atores envolvidos. Nesse caso, o poder do Estado nas suas várias esferas, tem se empenhado a ampliar essas contradições nos últimos anos, seja com subsídios financeiros, isenções e reduções de impostos e taxas, flexibilização (afrouxamento) das leis trabalhistas, autorização do comércio e uso de agrotóxicos proibidos em outros países, ou seja, o poder que se instala no território advém dessas instâncias político-jurídica e econômica.

AGRONEGÓCIO CAFEIEIRO, MUNDIALIZAÇÃO E OS TERRITÓRIOS EM DISPUTA: do global ao local

O agronegócio cafeeiro no Brasil é responsável por aproximadamente 37% da produção mundial, possui uma área plantada com quase 2 milhões de hectares. Devido a essa importância da atividade agrícola, faz-se necessário entender como está organizada essa produção no espaço agrário e seus reflexos na conjuntura rural, urbana, política e social no Sul de Minas Gerais, principal região produtora que detêm 24% da produção total do país (tabela 1).

Tabela 1 – Área plantada e produção total de café no Brasil por regiões, 2018.

Região	Área Plantada (hectare)	Produção (Toneladas)
Norte	66.627	138.849
Nordeste	129.491	250.270
Centro-Oeste	24.445	28.827
Sul	38.958	65.170
Sudeste	1.609.906	3.073.522
Minas Gerais	1.016.982	1.900.970
Sul de Minas Gerais	442.355	857.264
BRASIL	1.869.435	3.556.638

Fonte: SIDRA-IBGE – Produção agrícola municipal, 2018. Organização: Flamarion Dutra Alves.

Nota-se que a concentração espacial da produção de café está na região sudeste, com 86% do total e especialmente, no estado de Minas Gerais, com 53,4% da produção, e destes somente o sul de Minas responde por 24,1% do total nacional (Gráfico 1).

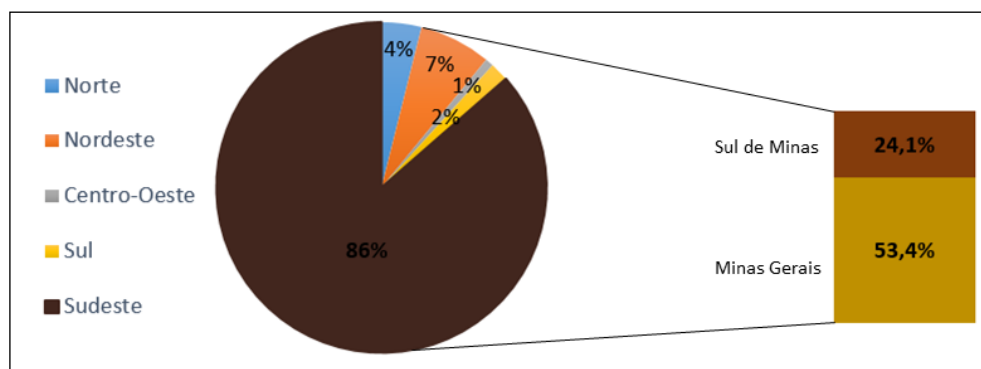


Gráfico 1 – Distribuição da produção do café por regiões, em Minas Gerais e Sul de Minas, em 2018. Fonte: Produção Agrícola Municipal, 2018. Organizador: Flamarion Dutra Alves.

Historicamente, Minas Gerais apresentou grandes áreas no cultivo do café, nas últimas décadas a concentração regional se dá no Sul de Minas, com os cafés de montanha do tipo arábica, essa produção representa quase $\frac{1}{4}$ do total nacional. O restante da produção de café em Minas Gerais se dá, principalmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com o café do cerrado e na Zona da Mata (SIMÕES e PELEGRINI, 2010).

Considerando apenas a produção do café arábica, tipo exportação, a importância de Minas Gerais e do Sul de Minas ficam mais expressivas, sendo 70,7% da produção nacional e 32,1% respectivamente. Entretanto, esse aumento da produção, não acompanhou o preço da saca de café (Gráfico 2).

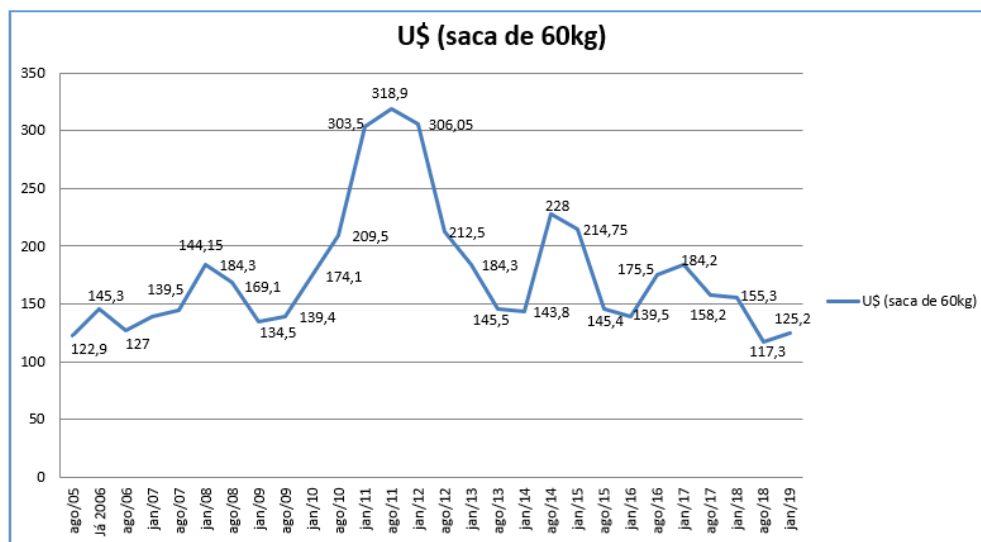


Gráfico 2 - Valor da saca de café em dólar cotado pela B.M &F BOVESPA, 2005-2019. Fonte: B, M&F BOVESPA. Organizador: Flamarion Dutra Alves.

A oscilação no preço do café é uma das consequências negativas da monopolização do território pela *commodity*, ou seja, a dependência do mercado de bolsa de valores e das externalidades, deixam os pequenos produtores vulneráveis. Chesnais (2005) aponta para os problemas da financeirização nos países emergentes, entre eles, a posição especulativa do mercado mundial, aliada a demanda chinesa, e a crescente oscilação do preço das *commodities*. No caso do preço do café, observa-se essa oscilação em alguns momentos, com um valor de 122,9 dólares em 2005, permanecendo com quase o mesmo valor após 14 anos, tendo um crescimento exponencial em 2011.

Na safra de 2019 o Brasil exportou 40,7 milhões de sacas de café (sacas de 60kgs) gerando uma receita de US\$ 5,108 bilhões (CECAFE, 2019). Desse total apenas 9% do café foi processado/industrializado, ou seja, 91% da produção foi em grãos *in natura* sem processamento, não agregando valor ao produto e incorporando na indústria nacional. Essa relação de exportação de matéria prima demonstra um “NeoPlantation” do século XXI, com seus fluxos direcionados, sobretudo, aos países europeus e os Estados Unidos (Figura 2).

A Figura 2 explicita a mundialização do comércio externo do café brasileiro, concentrado no continente europeu com 54,4% das compras, a América do Norte com quase 24% das importações do café brasileiro. Estados Unidos com quase 20% é o principal consumidor do café brasileiro, seguido a Alemanha com 16,6%. A China ocupa a 35ª posição dos compradores de café, com 0,40%, mas com crescimento constante deve subir algumas posições nos próximos anos.

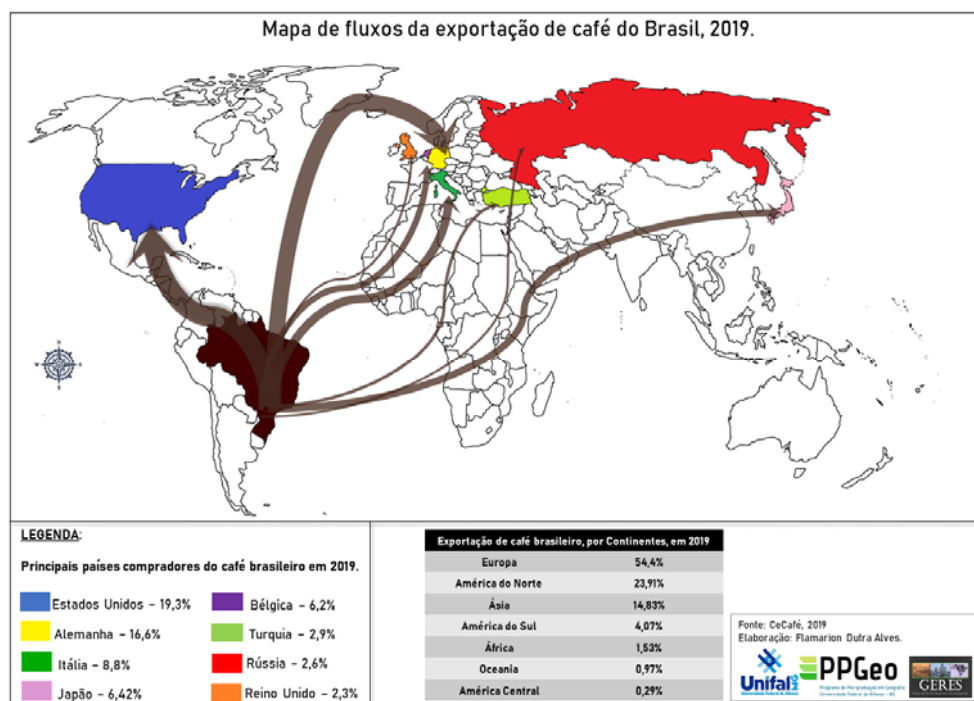


Figura 2 – Mapa de fluxos da exportação do café brasileiro em 2019.

Essa dinâmica do consumo se dá com cafés de alta qualidade, que boa parte não permanece no mercado nacional. A crescente demanda por café, faz dos países produtores expandir as áreas de cultivo, tecnificar os processos produtivos e explorar cada vez mais a mão-de-obra. Nesse sentido, países como Vietnã, Colômbia, Indonésia, Etiópia, Honduras tendem a se inserir mais no contexto da mundialização do café, via Investimentos Externos Diretos, relações contratuais e aumento do comércio (GONÇALVES, 2003).

A produção de café no Sul de Minas oscila anualmente, pois ela é bianual e está em constante desenvolvimento, por conta disso, o valor da produção também é variável. Além disso, o café é responsável pela principal cultura agrícola no Sul de Minas Gerais, ocupando mais de 617 mil hectares com um volume de mais de 5 bilhões de reais (Tabela 2).

Conforme a Tabela 2, o valor da produção do café é significativo para região gerando uma receita passa dos 5 bilhões de reais anualmente, variando com a cotação do dólar. A participação da cafeicultura representa em mais de 90% das lavouras permanentes no sul de Minas, sendo um monopólio da produção agrícola, que também é refletido na área ocupada e colhida. Convém destacar que esse volume de capital está cada vez mais disputado por empresas multinacionais, cooperativas, atraindo investidores e empresas para o território sul mineiro.

Apesar dessa presença em todo Sul de Minas, o café concentra-se territorialmente nas regiões de Alfenas, Guaxupé e Passos. Nessas regiões, há a presença ativa de empresas e cooperativas que coordenam a dinâmica territorial, principalmente, com empresas mundializadas e de conglomerados. Quanto a espacialização desse processo no Sul de Minas Gerais, observa-se na Figura 3.

Tabela 2 – Área plantada e valor da produção de café no Sul de Minas Gerais, 2017.

Região Geográfica Imediata	Área plantada (Hectares)	Valor da Produção (Mil Reais)
Caxambu - Baependi	1.299	11.684
Itajubá	4.822	34.334
Campo Belo	15.645	122.167
São Lourenço	17.411	163.306
Três Corações	29.316	300.303
Varginha	29.487	274.007
Piumhi	30.550	223.234
Lavras	37.275	358.360
Poços de Caldas	40.321	356.943
Pouso Alegre	43.121	342.762
São Sebastião do Paraíso	51.009	432.131
Guaxupé	63.222	629.935
Três Pontas - Boa Esperança	63.700	599.443
Passos	70.772	669.245
Alfenas	119.929	1.080.452
TOTAL	617.879	5.598.306

Fonte: SIDRA-IBGE – Censo Agropecuário 2017. Organização: Flamarion Dutra Alves.

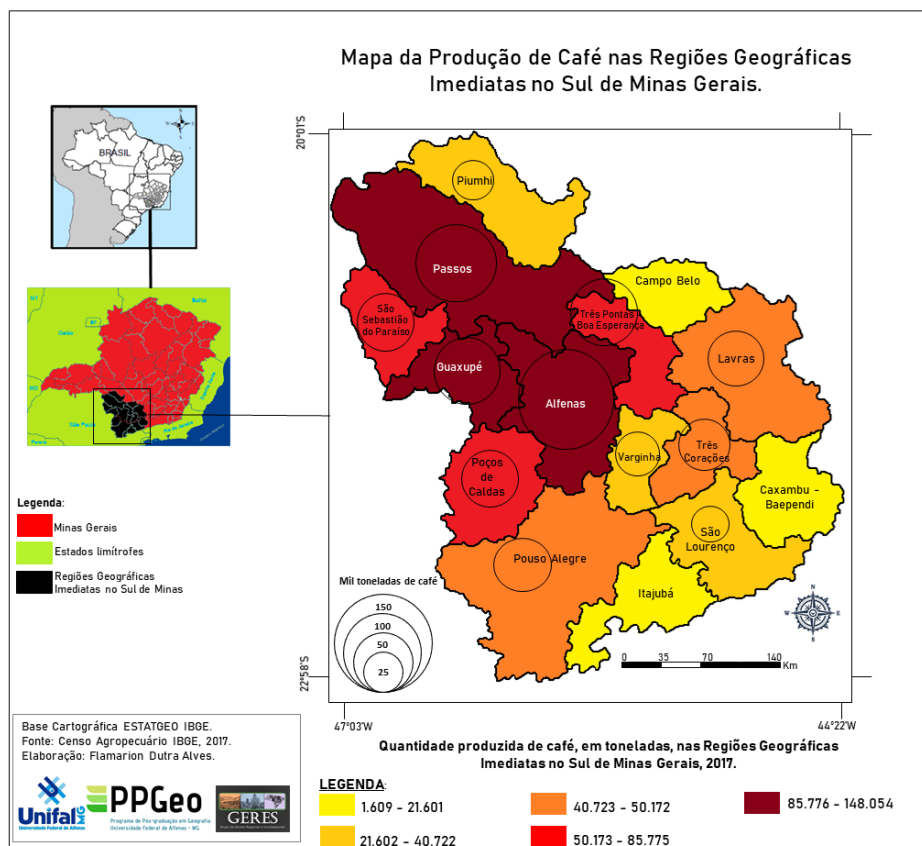


Figura 3 – Quantidade produzida de café, em toneladas, nas regiões geográficas imediatas no Sul de Minas Gerais em 2017.

A Região Geográfica Imediata de Alfenas lidera a produção de café no Sul de Minas, esse contexto é representado por grandes, médias e pequenas propriedades, ou seja, o agronegócio cafeeiro está instalado nos diversos tipos de produtores, seja territorializado ou monopolizando os produtores.

Nas regiões mais produtoras, como Alfenas, Guaxupé e Passos, concentram-se armazéns de cafés, cooperativas, terminais de comercialização direta para o exterior com transporte para o porto de Santos, instituições de ensino e pesquisa que formam profissionais para atuar na cafeicultura. Entretanto, em todas as regiões geográficas imediatas há presença de filiais de cooperativas, armazéns e uma estrutura organizacional para a dinâmica da cafeicultura.

Nesse contexto, a cafeicultura apresenta uma diversidade em termos de produtor, do pequeno-familiar até o grande, cidades voltadas a produção e relações da cafeicultura, além da predominância territorial no espaço agrário que historicamente foi se consolidando e aprimorando.

A presença de empresas multinacionais vem crescendo ano a ano no Sul de Minas, em Varginha está sediada a *Louis Dreyfus Company* (Figura 4), que armazena e comercializa os cafés, mantendo uma relação direta com o mercado internacional, pois é a terceira maior empresa que comercializa café no mundo.

Ao mesmo tempo, está territorializada e monopoliza o território com suas estratégias e ações no sul de Minas e em todo território nacional.



Figura 4 – Unidade Louis Dreyfus em Varginha-MG. Fonte: <https://www ldc.com/br/pr/nossos-negocios/nossas-plataformas/cafe/nossas-unidades/>

Em Alfenas, estão territorializadas empresas que compram, armazenam e comercializam os grãos de café para o mundo todo, como a chinesa *Cofco* e a singapurense *Olam* (Figura 5 e 6), já a *Ipanema Coffees* tem três fazendas que soma quase 6 mil hectares e produzem para vários países. E empresas como a *Nescafe* e *Starbucks* que tem acionistas de vários países como Friele (norueguesa), Mitsubishi (japonesa) e Tchibo (alemã).

Essas empresas representam exemplos da mundialização e territorialização do agronegócio no sul de Minas, utilizando recursos naturais disponíveis, como a água nas proximidades do reservatório de Furnas, bem como de recursos financeiros do Estado, para instalações e manutenção das atividades no país. Por outro lado, os melhores grãos são comercializados para fora do país e os lucros são drenados para os países dos acionistas, explorando a mão de obra – trabalho, recursos e o território.



Figuras 5 e 6 – Sede da Olam e Cofco em Alfenas -MG. Fonte: <http://deseconomico.alfenas.mg.gov.br/index.asp?act=fotos>

FACES DO AGRONEGÓCIO CAFEIEIRO: Do agrotóxico ao trabalho escravo

Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017, no sul de Minas Gerais foram notificados 285 casos de intoxicação por agrotóxico, mais de 60 mil propriedades rurais fizeram uso do agrotóxico nas suas lavouras (Figura 7).

Das 15 Regiões Geográficas Imediatas que compõem o Sul de Minas Gerais, as que mais consomem agrotóxicos na produção agrícola, são aquelas que estão ligadas ao agronegócio do café. As regiões imediatas de Pouso Alegre, Alfenas, Guaxupé e Passos lideram o consumo de agrotóxico, com 11.597, 9.972, 7.190 e 7.101 estabelecimentos rurais respectivamente.

A presença de agrotóxicos no agronegócio do café é uma constante, faz parte do pacote tecnológico incorporado do pequeno ao grande produtor. Tem-se aí consequências do agronegócio do café a serem estudadas na saúde dos trabalhadores, população e degradação ambiental.

Em contraposição a esse crescimento exponencial de agrotóxico, surgem propostas orgânicas e agroecológicas na produção de café, ainda em menor escala, mas a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM) realiza a produção orgânica como estratégica no mercado mundial *Fair Trade*. A produção do café orgânico pelo MST nos acampamentos e assentamentos rurais em Campo do Meio, no Sul de Minas.

Por apresentar em sua dimensão estrutural fundiária 75,6% de pequenas propriedades cafezeiras conforme afirma Alves (2013), o papel das cooperativas é muito decisivo na produção e reprodução do capital, inserção no mercado nacional e internacional, certificações, competitividade e cooperação.

Dados do Censo Agropecuário de 2017, apontam que dos 116.618 produtores rurais no Sul de Minas, 88.171 produtores são familiares, representando 75,6% do total. Quanto a relação com as cooperativas agrícolas, 29,1% dos agricultores são cooperados, ou seja, 33.933 produtores. Destes cooperados 67,8% são agricultores familiares, totalizando 23.016 agricultores. Isso reforça a ideia da monopolização do território, onde as cooperativas auxiliam e cooptam os pequenos produtores a ingressar na dinâmica do agronegócio cafeeiro.

As dezenas de cooperativas existentes na região servem para auxiliar, dar assistência técnica e extensão rural, agrotóxicos, armazenamento dos grãos, financiamento e crédito, ou seja, a monopolização do território. Entre as principais cooperativas na região destacam-se a Cooxupé, Cooparáiso, Coopfam, Cocatrel e Unicoop. Por outro lado, os agricultores familiares tornam-se dependentes das relações comerciais e mercado das cooperativas, perdendo sua autonomia e ficando mais susceptíveis as oscilações do mercado mundial.

Atualmente a Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ) possui mais de 12 mil cooperados – sendo 84% deles pequenos produtores que vivem da agricultura familiar –, recebendo café produzido em mais de 200 municípios de sua região de ação, localizada nas regiões do Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo (no estado de São Paulo). (COOXUPÉ, 2015)

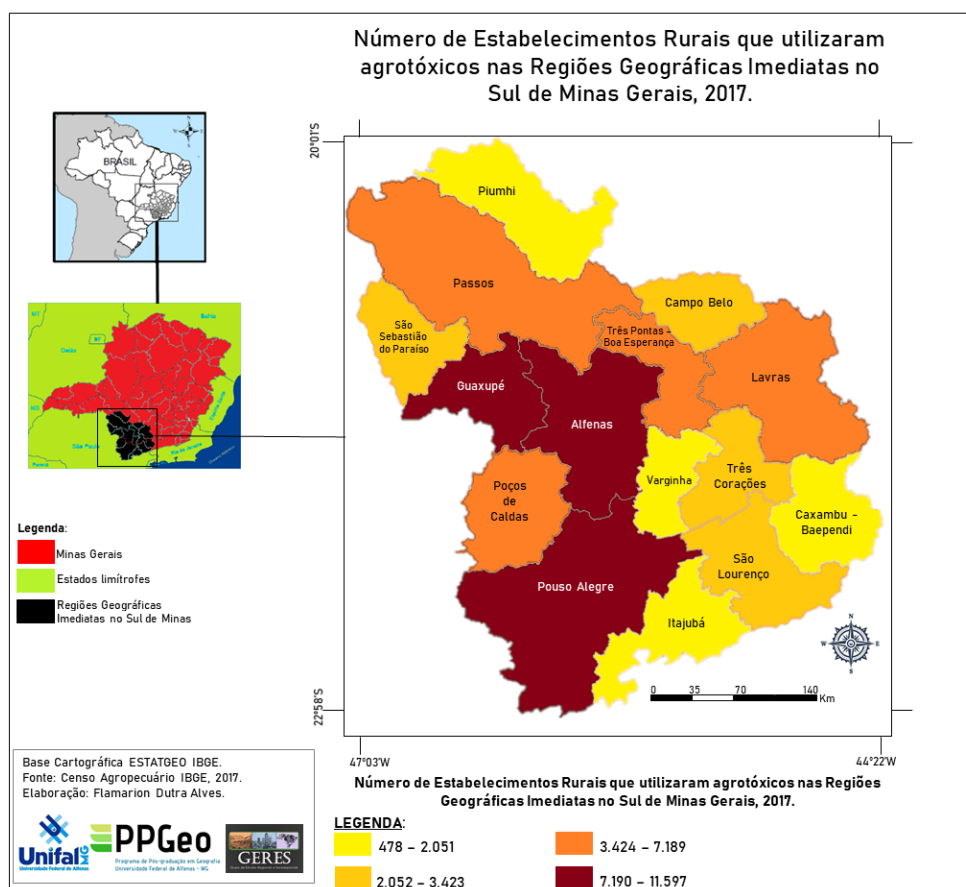


Figura 7 - Número de estabelecimentos rurais que utilizaram agrotóxico nas Regiões Geográficas Imediatas do Sul de Minas Gerais, 2017. Fonte: Melo e Alves (2020, p.226)

Entre as dezenas de cooperativas, cita-se algumas importantes como a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha (Minasul), Cooperativa dos Produtores de Café Especial dos Martins (Coopercafem), Cooperativa Agropecuária Regional de Andradas Ltda (CARA), Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais Ltda (COCCAMIG), Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda (Coopervass), Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (COCATREL), Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio Ltda (COOPERCAM), Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí Ltda (COOPERRITA), Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso Ltda (COOPARAISO), Cooperativa Agrária de Machado Ltda (COOPAMA), Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança Ltda (CAPEBE) e Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM). Estas estão filiadas ao Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais que auxilia no processo produtivo e nas atividades ligadas a comercialização.

As exportações estão atreladas aos pontos de comercialização chamados Recintos de Exportação (REDEX) em Guaxupé, Varginha e Poços de Caldas, dessa forma são

fixos estabelecidos para fazer a interligação entre a rede interna e externa na região. Internamente, as cooperativas são os vetores para aproximar o capital financeiro e os trabalhadores envolvidos na atividade cafeeira.

Outro elemento diferenciado na rede de produção do café são as escolas de ciência e tecnologia. Incorporada a região sul do estado de Minas Gerais, está a inovação e cooperação entre os membros da rede produtiva, sendo dotada de uma grande infraestrutura quanto à educação tecnológica para a consolidação da rede de produção do café. As estruturas que dão essa condição estão os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Sul de Minas), localizados em Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, tendo desde cursos de Educação profissional de nível técnico, como Técnico em Agropecuária, Agricultura, Agrimensura, Alimentos, Agroindústrias, Cafeicultura a distância entre outros, além de cursos de graduação em Tecnologia em Cafeicultura e Agronomia, e pós-graduação em cafeicultura sustentável.

O agronegócio cafeeiro no sul de Minas apresenta importância para a balança comercial brasileira e na dinâmica econômica regional, entretanto o território foi monopolizando e ficando suscetível as oscilações dessa *commodity*, a agricultura familiar-camponesa tem importância na produção de café para exportação, entretanto não tem controle sob sua produção e acaba sendo explorada por cooperativas e multinacionais que não tem a preocupação com o desenvolvimento social e econômico desses sujeitos. É necessário pensar alternativas para esse sistema, e um dos exemplos que se destaca na região é a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM) que incentiva a produção do café orgânico e agroecológico, além da produção de café orgânico feminino, bem como a diversificação de culturas nas propriedades rurais.

Outra contradição importante que se coloca no agronegócio cafeeiro, são as relações de trabalho. Por se tratar de uma região montanhosa, o sul de Minas apresenta uma dependência do trabalho manual, e, por conseguinte, a presença de migrantes é uma constante nos meses de maio a agosto (colheita). Nesse sentido, milhares de trabalhadores do norte de Minas e do estado da Bahia deslocam-se para garantir renda e trabalho nas fazendas (CARDOSO e ALVES, 2016). Entretanto, de 2003 a 2018, foram registrados 667 casos de trabalho escravo ou análogo a escravo nas fazendas de café e em atividades agropecuárias, devido as péssimas condições de trabalho, moradia e contratos (Figura 8).

Foram registrados entre 2003 e 2018, 667 casos de trabalhadores resgatados em situações análogas à escravidão distribuídos em 33 municípios da região sul mineira, evidenciando a contradição do agronegócio entre capital e trabalho. A exploração e ganância desses proprietários rurais, é freada em muitos casos quando contratos de venda e exportação são suspensos devido as denúncias e divulgação pela mídia.

A grande maioria dos casos de trabalhadores escravizados vem de migrantes do norte de Minas e da Bahia, em busca de trabalho e oportunidades econômicas no período da colheita. A exploração ocorre desde a seleção dos trabalhadores até a chegada nos municípios de destino. As condições de moradia, alimentação,

dívidas e jornada de trabalho são as principais características do abuso entre os proprietários e os trabalhadores.

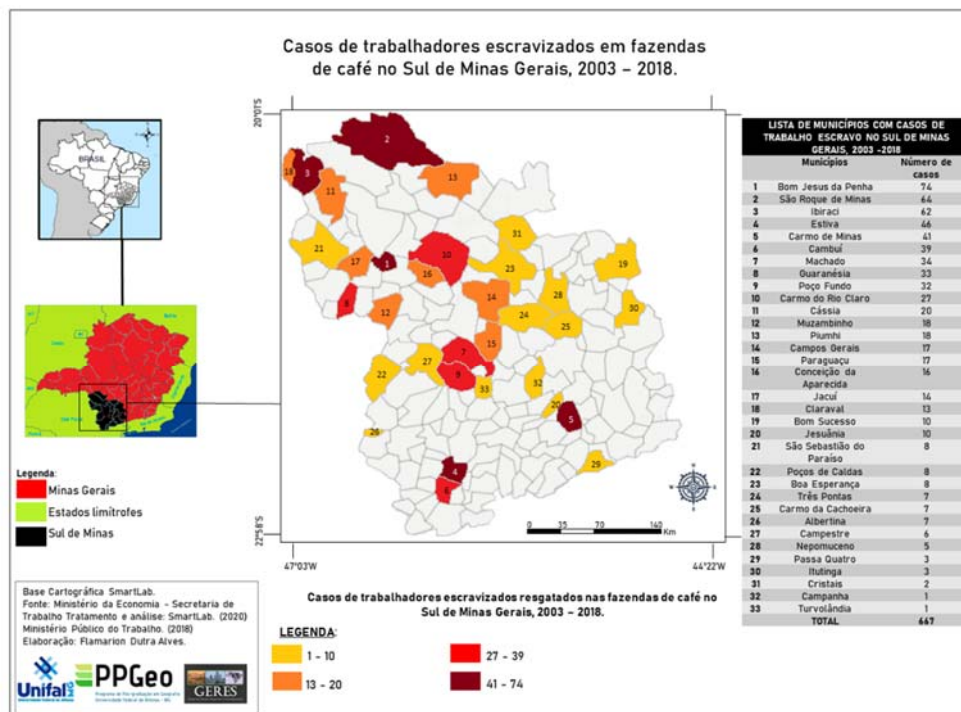


Figura 8 – Casos de trabalhadores escravizados nas fazendas de café e em atividades agropecuárias no Sul de Minas Gerais, 2003-2018.

A questão do trabalho escravo, vem sendo destacado na mídia e nos estudos sobre a população migrante na região. Entre os meses de maio e agosto, há uma crescente demanda por mão de obra que é suprida pela exploração do trabalhador. O envolvimento de grandes produtores e pessoas de renome regional, como políticos e “lideranças” da sociedade local nesses casos, repercute negativamente para o mercado e os registros, sendo rompido contratos de compra e venda.

A academia carece de mais estudos com essa população explorada, o que, sem dúvida, é um tema emergente e necessário para a geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização do café no Sul de Minas Gerais apresenta pontos fixos consolidados para a organização e movimentação dos fluxos existentes no complexo agroindustrial (figura 9). Estes pontos, como cooperativas, institutos de pesquisa, empresas de assistência técnica e extensão rural, recintos de exportação, rodovias, ferrovias entre outros estão dentro da ótica da mundialização da agricultura.

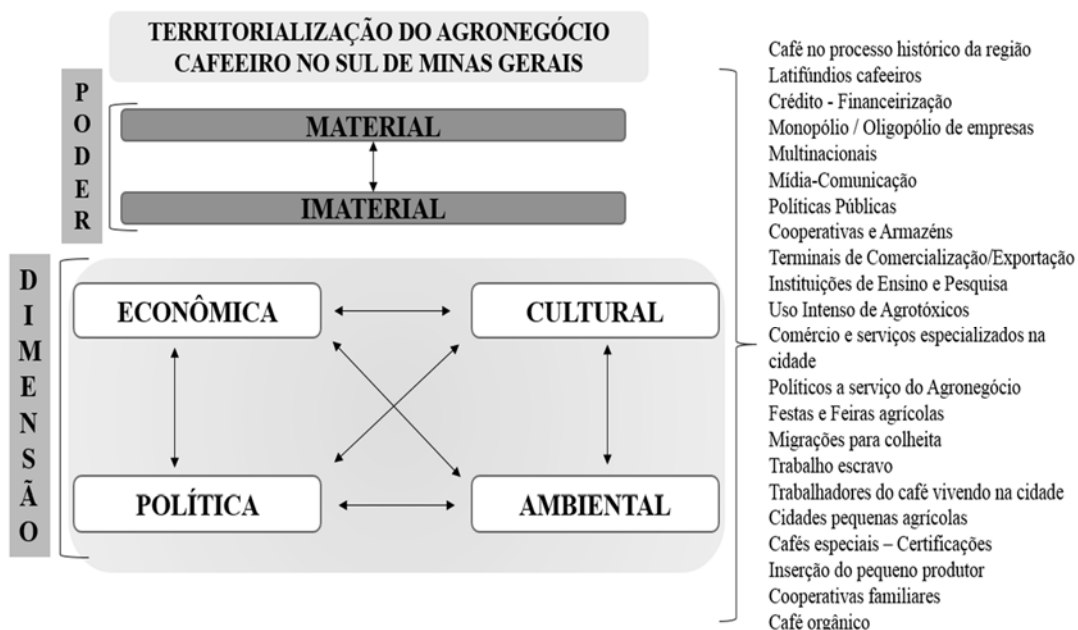


Figura 9 – Esquema da territorialização do agronegócio cafeeiro na região sul de Minas Gerais. Organizador: Flamarion Dutra Alves.

A Figura 9, sintetiza esse processo contraditório do agronegócio cafeeiro, que inclui e exclui os produtores, rentabiliza partes dessa rede produtiva e onera outros atores. A participação estatal atrelada ao capital internacional faz com que esse sistema continue expandido sua área de plantio, juntamente com atores econômicos, políticos e culturais.

Entretanto, a grande questão que se coloca é como esta rede produtiva beneficia os atores envolvidos nela. Pois, 75,6% dos estabelecimentos rurais que produzem a *commodity* são familiares, deixando muitas vezes de produzir alimentos para subsistência ou alimentos para os centros urbanos.

A vulnerabilidade econômica e alimentar dos pequenos produtores é uma condição e contradição desse processo. As cooperativas e multinacionais promovem um desenvolvimento contraditório e desigual na região, fruto do aprofundamento dessa inserção no mercado mundial.

A produção orgânica e agroecologia, aliada a policultura é uma alternativa para a manutenção dos pequenos produtores saírem da dependência econômica das grandes cooperativas e para a segurança alimentar e desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Glydson Pinheiro; SÁ, Alcindo José. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. **Terra Livre**. São Paulo, n.36, v.1, 2011. p.126-151.

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. **Terra Livre**. São Paulo, n.36, v.1, 2011. p.69-95.

ALVES, Flamarion Dutra. As configurações do campo brasileiro e os contrastes do agronegócio. p.421-442. In: FERREIRA, Alvaro et. al. **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

ALVES, Flamarion Dutra. A cafeicultura e a dinâmica socioeconômica no sul de Minas Gerais-Brasil. **Anais... IX Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales Argentinos y Latinoamericanos**. Buenos Aires, FCE-UBA, 2015. p.1-14.

ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista NERA**. v.22, n.48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019a.

ALVES, Flamarion Dutra. O agronegócio do café e a territorialização no Sul de Minas Gerais. In: ALVES, Flamarion Dutra et al (Orgs.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas: Editora UNIFAL-MG, 2019b. p. 306-323.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

CARDOSO, Haroldo Júnior M.; ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização da mobilidade populacional entre os municípios de Carmo do Rio Claro-MG e Santa Luz-BA. In: ALVES, Flamarion Dutra. VALE, Ana Rute. (Org.). **Faces da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro**. Curitiba: Appris, 2016, p. 8-23.

CECAFÉ – Conselho dos exportadores de café do Brasil. **Exportações de café do Brasil em 2019**. Disponível em: <https://www.cecafe.com.br/dados-estatisticos/exportacoes-brasileiras/>. Acesso em 20 de julho de 2020.

CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento**. Boletim da Safra de Grãos. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/gaos/boletim-da-safra-de-graos>. Acesso em: 10 de março de 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

MELO, Renata Vieira; ALVES, Flamarion Dutra. Mundialização da agricultura e o uso de agrotóxicos no município de Guaranésia – MG. **Campo-Território**. Uberlândia. v.15, n.36, 2020. p.199-229.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**: Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani et al (Orgs.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.103-172.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sérgio Roberto Lima de; FAVERET FILHO, Paulo. **Café**: (re)conquista dos mercados. BNDES Setorial: Rio de Janeiro, n. 10, p. 3-56, set. 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SIMÕES, Juliana Carvalho; PELEGRINI, Djalma Ferreira. **Diagnóstico da Cafeicultura Mineira - regiões tradicionais**: Sul / Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010 (EPAMIG. Série Documentos, n. 46).

SMARTLAB. **Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/> Acesso em: 20 de julho de 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Contato com o autor: Flamarion Dutra Alves <dutrasml@yahoo.com.br>

Recebido em: 25/03/2020

Aprovado em: 11/09/2020